


ATA DA CENTÉSIMA DECIMA TERCEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às dez horas e quarenta minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e quatro deu-se início a Centésima Décima Terceira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo Sr. Vice-Presidente do José Fernando da Silva, Associação Brasileira de Entidades Não Governamental – Representantes Governamentais – Titulares: Nilmario Miranda, Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ana Maria Ângela Bravo Vilalba, Ministério da Cultura; Regina Celeste Bezerra Affonso de Carvalho, Ministério da Saúde; Marcos da Costa Avelar, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Conselheiros Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Mário Mamede, Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Christiano S. B. Figuerôa, Ministério das Relações Exteriores; Nájla Veloso Sampaio Barbosa, Ministério da Educação; Margarida Munguba Cardoso, Ministério do Trabalho e Emprego; Thereza De Lamare Franco Mello, Ministério da Saúde; Mari Lane de Carvalho, Ministério da Educação; Carolina Barbosa Pinto, Ministério da fazenda e Eridan Suelena Leão de Souza, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. Representantes Não Governamentais – Titulares: Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Rachel Niskier Sanchez, Sociedade Brasileira de Pediatria; Marcos Antonio Paiva Colares, Ordem dos Advogados do Brasil; Maria das Graças Fonseca Cruz, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Laura Nazareth de Azevedo Rossetti, Federação Nacional das APAE's; Alessandro Victor Gama da Silva, Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua. Por motivo de ausência justificada da representante da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça foi convocada e esteve presente a conselheira suplente Beatriz Habold, Pastoral da Criança – Organização de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Conselheiros Suplentes: Solimar dos Santos Amaro, União Brasileira de Educação e Ensino; Miguel Angel Cal Gonzáles, Conselho Federal de Psicologia; Welinton Pereira da Silva, Visão Mundial; Jessimar Dias Pereira Inspecoria São João Bosco/ Salesianos; Vânia Izzo de Abreu, Associação Brasileira de Proteção a Infância e Adolescência; Marcelo Gentil, Instituto de Pesquisa, Ação e Mobilização; Antonio Pereira da Silva Filho; Confederação Geral dos Trabalhadores; Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Vicente de Paula Faleiros, Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Estiveram também presentes a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sra. Denise Paiva e os Gerentes Amarildo Baesso, Paulo Marques e Maria Cristina Albuquerque. Abrindo os trabalhos o Vice-Presidente saudou a todos pela primeira Assembléia do ano, especifica para realização do Planejamento Estratégico, sendo este o segundo de sua história. Em seguida fez uma breve explanação sobre as articulações havidas para organização dos trabalhos de Planejamento do Conselho, objetivando a consolidação do seu papel dentro do sistema de garantia dos direitos, com a colaboração do Unicef. A Sra. Alisson, representante do Unicef falou da contratação de consultoria para realização dos trabalhos, objetivando consolidar as ações do CONANDA, numa reflexão conjunta governo e sociedade quanto aos entraves nos encaminhamentos de suas deliberações. Ressaltou a importância de construção de agenda prioritária para articulações com os integrantes do sistema de garantia, para o biênio 2004/2005. O Presidente Nilmário Miranda ressaltou a necessidade de ajustes no orçamento federal, sobre as parcerias com o Banco do Brasil, Furnas, Chesf, Petrobrás, e outros. Ressaltou ainda as articulações com o novo Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, propondo convidar representantes daquele Ministério para explanação dos programas Bolsa Família e Abrigos. Deu ênfase nas articulações com os Ministérios da Educação, Esporte, Saúde, Trabalho e Emprego e Cultura, objetivando desencadear ações voltadas à crianças e adolescentes. Deu ênfase também a necessidade de implantação e implementação de Conselhos Tutelares em todo o país e ao fortalecimento dos Conselhos de Direitos, no tocante a capacitação e informatização dos mesmos, bem como do fortalecimento de todo sistema de justiça da infância e juventude. Destacou a necessidade de construção de regimento único para as Unidades de internação voltadas ao adolescente em conflito com a lei, levando –se

em conta a capacitação e o projeto pedagógico. Propôs investir em campanha de arrecadação de recursos para o FNCA, objetivando a implantação das medidas socioeducativas em todos os Estados até o ano de 2006, em consonância com os governos estaduais. O Presidente voltou a falar sobre a importância de agendar reunião com as entidades mais expressivas que trabalham com protagonismo juvenil a fim de debater a representação desse segmento como observadores no CONANDA. Informou que o Presidente da República novamente colocou a questão do combate a exploração sexual de crianças e adolescentes na agenda do governo e da sociedade. Propôs firmar Termo de Compromisso com os Candidatos a Prefeitos Municipais para execução das metas do Plano Presidente Amigo da Criança. Por último destacou a necessidade de sepultar de vez a dicotomia sociedade civil e governo, priorizando a inclusão social. Para Dr. Nilmário deve-se haver distinção do que é papel do Estado e do que é o papel dos Conselhos. Considerou o CONANDA o grande mobilizador do país, nas esferas públicas, privadas e internacional, sendo o espaço privilegiado da sociedade civil no governo. Encerrando Dr. Nilmário propôs que o CONANDA viabilizasse neste exercício um encontro com os Conselhos Setoriais. Prosseguindo foi discutida a questão da aprovação ou não da Portaria Interministerial proposta pelo Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre as diretrizes para implantação e implementação da atenção à saúde dos adolescentes atendidos em regime de internação, internação provisória e semiliberdade em unidades masculinas e femininas. O assunto foi amplamente debatido considerando a deliberação da Assembléia do mês de dezembro onde se definiu o Planejamento Estratégico como único tema a ser tratado na Assembléia do mês de fevereiro de 2004 e a urgência apresentada pelo Ministério da Saúde na aprovação da Portaria e das diretrizes objetivando garantir a agilidade da tramitação e implementação das propostas nelas contidas. Foi aprovado por maioria dos votos transferir para o dia seguinte a discussão e aprovação da Portaria. No período da tarde as atividades estiveram voltadas para o Planejamento Estratégico, sob a coordenação das consultoras Ângela e Glória. Dia 11/02/2004: no período da manhã a plenária se reuniu novamente para debater o conteúdo da Portaria. O documento foi amplamente debatido com sugestões pertinentes para aprimoramento do documento. Como não houve consenso para aprovação do documento, foram apresentadas três propostas de encaminhamento e votação como segue: 1) Incluir no documento as sugestões da plenária e somar com o produto dos cinco encontros regionais sobre medidas socioeducativas para aprofundamento e adequação do documento e posterior deliberação da plenária: 7 votos; 2) Aprovar o documento nesta plenária e criar um grupo de trabalho para aprofundar o assunto: 10 votos; 3) Transformar o documento em Medida Provisória: 01 voto. Foi aprovado: a) Caso houver alterações substanciais no documento pela Comissão Tripartite do Ministério da Saúde, o mesmo deverá retornar ao CONANDA para nova deliberação; b) contratar imediatamente assessoria para sistematização do produto dos encontros regionais sobre medidas socioeducativas, formulação dos parâmetros arquitetônicos e referenciais mínimos para o projeto pedagógico de unidades de internação; c) criar grupo de trabalho para acompanhar a sistematização dos encontros regionais, formulação dos parâmetros e adequação dos conteúdos da Portaria até o mês de março de 2004. No período da tarde do dia onze e no dia doze período integral as atividades desenvolvidas foram específicas do planejamento estratégico, cujo produto estará contido no relatório final do evento a ser apresentado pelas consultoras até o dia cinco de março de 2004. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.



Nilmário Miranda
Presidente



ATA DA 113ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

As dez horas e quarenta minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e quatro deu-se início a Centésima Décima Terceira Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, presidida pelo Sr. Vice-Presidente do José Fernando da Silva, Associação Brasileira de Entidades Não Governamentais - Representantes Governamentais - Titulares: Nilmaro Miranda, Secretária Especial dos Direitos Humanos; Ana Maria Ângela Bravo Vilalba, Ministério da Cultura; Regina Celeste Bezerra Afonso de Carvalho, Ministério da Saúde; Marcos da Costa Avelar, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Conselheiros Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembleia: Mário Mamede, Secretária Especial dos Direitos Humanos; Christiano S. B. Figueiredo, Ministério das Relações Exteriores; Nájila Veloso Sampaio Barbosa, Ministério da Educação; Margarida Munguba Cardoso, Ministério do Trabalho e Emprego; Thereza De Lamare Franco Mello, Ministério da Saúde; Mari Lane de Carvalho, Ministério da Educação; Carolina Barbosa Pinto, Ministério da Fazenda e Eridan Sirena Leão de Souza, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Representantes Não Governamentais - Titulares: Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Rachel Niskier Sanchez, Sociedade Brasileira de Pediatría; Marcos Antonio Paiva Colares, Ordem dos Advogados do Brasil; Maria das Graças Fonseca Cruz, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Laura Nazareth de Azevedo Rossetti, Federação Nacional das APAE's; Alessandro Victor Gama da Silva, Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua. Por motivo de ausência justificada da representante da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça foi convocada e esteve presente a conselheira suplente Beatriz Habold, Pastora da Criança - Organização de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Conselheiros Suplentes: Solimar dos Santos Amaro, União Brasileira de Educação e Ensino; Miguel Angel Cal González, Conselho Federal de Psicologia; Welinton Pereira da Silva, Visão Mundial; Jessimar Dias Pereira Inepetoria São João Bosco/ Salesianos; Vânia Izoo de Abreu, Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência; Marcelo Genil, Instituto de Pesquisa, Ação e Mobilização; Antonio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores; Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Vicente de Paula Falcões, Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Estiveram também presentes a Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sra. Denise Paiva e os Gerentes Amarildo Baesso, Paulo Marques e Maria Cristina Albuquerque. Abrindo os trabalhos o Vice-Presidente saudou a todos pela primeira Assembleia do ano, específicas para realização do Planejamento Estratégico, sendo este o segundo de sua história. Em seguida fez uma breve explanação sobre as articulações havidas para organização dos trabalhos de Planejamento do Conselho, objetivando a consolidação do seu papel dentro do sistema de garantia dos direitos, com a colaboração do Unicef. A Sra. Alisson, representante do Unicef falou da contratação de consultoria para realização dos trabalhos, objetivando consolidar as ações do CONANDA, numa reflexão conjunta governo e sociedade quanto aos entraves nos encaminhamentos de suas deliberações. Ressaltou a importância de construção de agenda prioritária para articulações com os integrantes do sistema de garantia, para o biênio 2004/2005. O Presidente Nilmaro Miranda ressaltou a necessidade de ajustes no orçamento federal, sobre as parcerias com o Banco do Brasil, Furnas, Chesf, Petrobrás, e outros. Ressaltou ainda as articulações com o novo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, propondo convidar representantes daquele Ministério para explanação dos programas Bolsa Família e Abrigos. Deu ênfase nas articulações com os Ministérios da Educação, Exporte, Saúde, Trabalho e Emprego e Cultura, objetivando desencadear ações voltadas à crianças e adolescentes. Deu ênfase também a necessidade de implantação e implementação de Conselhos Tutelares em todo o país e ao fortalecimento dos Conselhos de Direitos, no tocante a capacitação e informatização dos mesmos, bem como do fortalecimento de todo sistema de justiça da infância e juventude. Destacou a necessidade de construção de regimento único para as Unidades de internação voltadas ao ado-

lescente em conflito com a lei, levando-se em conta a capacitação e o projeto pedagógico. Propôs investir em campanha de arrecadação de recursos para o FNCA, objetivando a implantação das medidas socioeducativas em todos os Estados até o ano de 2006, em consonância com os governos estaduais. O Presidente voltou a falar sobre a importância de agendar reunião com as entidades mais expressivas que trabalham com protagonismo juvenil a fim de debater a representação desse segmento como observadores no CONANDA. Informou que o Presidente da República novamente colocou a questão do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na agenda do governo e da sociedade. Propôs firmar Termo de Compromisso com os Candidatos a Prefeitos Municipais para execução das metas do Plano Presidente Amigo da Criança. Por último destacou a necessidade de sepultar de vez a dicotomia sociedade civil e governo, priorizando a inclusão social. Para Dr. Nilmaro deve-se haver distinção do que é papel do Estado e do que é o papel dos Conselhos. Considerou o CONANDA o grande mobilizador do país, nas esferas públicas, privadas e internacional, sendo o espaço privilegiado da sociedade civil no governo. Encerrando Dr. Nilmaro propôs que o CONANDA viabilizasse neste exercício um encontro com os Conselhos Setoriais. Prosseguindo foi discutida a questão da aprovação ou não da Portaria Interministerial proposta pelo Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre as diretrizes para implantação e implementação da atenção à saúde dos adolescentes atendidos em regime de internação, internação provisória e semiliberdade em unidades masculinas e femininas. O assunto foi amplamente debatido considerando a deliberação da Assembleia do mês de dezembro onde se definiu o Planejamento Estratégico como único tema a ser tratado na Assembleia do mês de fevereiro de 2004 e a urgência apresentada pelo Ministério da Saúde na aprovação da Portaria e das diretrizes objetivando garantir a agilidade da tramitação e implementação das propostas nelas contidas. Foi aprovado por maioria dos votos transferir para o dia seguinte a discussão e aprovação da Portaria. No período da tarde as atividades estiveram voltadas para o Planejamento Es-

tratégico, sob a coordenação das consultoras Ângela e Glória. Dia 11/02/2004: no período da manhã a plenária se reuniu novamente para debater o conteúdo da Portaria. O documento foi amplamente debatido com sugestões pertinentes para aprimoramento do documento. Como não houve consenso para aprovação do documento, foram apresentadas três propostas de encaminhamento e votação como segue: 1) Incluir no documento as sugestões da plenária e tomar com o produto dos cinco encontros regionais sobre medidas socioeducativas para aprofundamento e adequação do documento e posterior deliberação da plenária: 7 votos; 2) Aprovar o documento nesta plenária e criar um grupo de trabalho para aprofundar o assunto: 10 votos; 3) Transformar o documento em Medida Provisória: 01 voto. Foi aprovado: a) Caso houver alterações substanciais no documento pela Comissão Tripartite do Ministério da Saúde, o mesmo deverá retornar ao CONANDA para nova deliberação; b) contratar imediatamente assessoria para sistematização do produto dos encontros regionais sobre medidas socioeducativas, formulação dos parâmetros arquitetônicos e referenciais mínimos para o projeto pedagógico de unidades de internação; c) criar grupo de trabalho para acompanhar a sistematização dos encontros regionais, formulação dos parâmetros e adequação dos conteúdos da Portaria até o mês de março de 2004. No período da tarde do dia onze e no dia doze período integral as atividades desenvolvidas foram específicas do planejamento estratégico, cujo produto estará contido no relatório final do evento a ser apresentado pelas consultoras até o dia cinco de março de 2004. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembleia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivio, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

NILMÁRIO MIRANDA
Presidente



ATA DA 112ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

As nove horas e cinquenta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e três deu-se início a abertura da Centésima Décima Segunda Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, presidida pelo Sr. Vice-Presidente José Fernando da Silva, Associação Brasileira de Entidades Não Governamentais Representantes Governamentais Tutelares; Ivanildo T. Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Tânia Eller da Cruz, Conselheiros Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembleia; Cristiano S. B. Figueira, Ministério das Relações Exteriores; José Eriberto Aníbal, Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Patrícia Abraham Cunha da Silva, Ministério da Fazenda; Margarida Munguba Cardoso, Ministério do Trabalho e Emprego; Eridan Suelena Leão de Souza, Ministério da Assistência Social, Representante Não Governamental; Titulares: Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Maria Isabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Rachel Niskier Sanchez, Sociedade Brasileira de Pediatria; Marcos Antonio Paiva Colares, Ordem dos Advogados do Brasil; Laura Nazareth de Azevedo Rossetti, Federação Nacional das APAE's; Alessandro Victor Gama da Silva, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Por motivo de ausências justificadas dos representantes da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foram convocados e estiveram presentes os conselheiros suplentes Pedro Vilmar Osi, União Brasileira de Educação e Ensino e Vânia Izzo de Abreu, Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência. Estiveram também presentes os conselheiros suplentes: Miguel Angel Cal Gonzáles, Conselho Federal de

Psicologia; Welinton Pereira da Silva, Visão Mundial; Jessimar Dias Pereira, Inspeção São João Bosco/Salesianos; Marcelo Gentil, Instituto de Pesquisa, Ação e Mobilização; Antonio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores e Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Fundação Abrinq pela Criança. Inicialmente o Vice-Presidente submeteu a pauta à plenária tendo a mesma sido aprovada com inclusão do item "Avaliação de Projetos Sobre Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em substituição de alguns projetos aprovados na Assembleia anterior, com recursos do FNCA. Foi aprovado também a ida dos conselheiros ao Palácio do Planalto para participarem da cerimônia de entrega do "Prêmio Direitos Humanos", restando às quatorze horas com trabalhos das Comissões Temáticas. Com relação as Atas da 109ª Assembleia Ordinária e 110ª e 111ª Assembleias Extraordinárias, as mesmas não foram apresentadas por acúmulo de trabalho na Secretaria Executiva do Conselho. Nesta oportunidade a conselheira governamental Tânia Mara Eller da Cruz apresentou suas despedidas, justificando que estava deixando o Conselho por problemas particulares. Fez a apresentação do seu substituto Sr. Marcos Avelar, como representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A conselheira Rachel agradeceu a participação da conselheira, elogiando-a pela sua competência, seriedade e docura que sempre manteve no Conselho. Relato das Comissões Temáticas: No período da tarde as Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos pertinentes às suas áreas de atuação e posteriormente apresentaram os relatos que seguem: 1) Comissão de Políticas Públicas - A Comissão fez avaliação do plano de ação do CONANDA/2003, destacando: a) monitoramento do Pacto pela Paz - A Comissão não construiu instrumental específico para esta avaliação, os instrumentais utilizados foram a avaliação ao longo da V Conferência Nacional; b) no que tange a divulgação do Pacto pela Paz a Comissão cumpriu o seu papel; c) questão criança e adolescente indígena - foi dado continuidade dos debates e aprovada resolução do CONANDA sobre o assunto. Entretanto, há necessidade de acompanhamento na interlocução com a FUNAI; d) Plano Nacional de Prevenção Eradicando o Trabalho Infantil - Sua construção foi no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego e aprovado pelo CONANDA. No momento está tramitando naquele ministério para que o mesmo seja lançado pelo Presidente da República; e) Trabalho do Adolescente - Embora o CONANDA tenha baixado Resolução sobre a lei Nº 10.097, o assunto continua polêmico. Neste sentido foi criado grupo de trabalho específico para tratar do assunto; f) Interlocução Governo - Com relação à interlocução com o Governo Federal para definição e acompanhamento de programas e projetos na área da criança e do adolescente, inclusive o Fome Zero, o mesmo não foi cumprido pela Comissão; g) Articulação CONANDA/CNAS - No que tange a Comissão Conjunta CONANDA/CNAS, também não houve articulações neste sentido. h) Abrigo: Questionado sobre a situação da pesquisa sobre abrigo através do Convênio CONANDA/ANPEC/IPEA, o Vice-Presidente informou que recebera versão preliminar da mesma. Proposta de encaminhamento - A Secretária Executiva circular o documento via e-mail à todos os conselheiros para análise e manter contatos com a conselheira Maria das Graças (Marilene) para que a mesma se articule com o IPEA e apresente os resultados da pesquisa na Assembleia do mês de fevereiro/2004. 2) Comissão de Articulação/Comunicação - A Comissão analisou muitos documentos recebidos destacando-se: a) e-mail sobre violência doméstica nos lares e descrença no trabalho dos Conselhos Tutelares e outros - Deliberação - Enviar correspondência informando o papel do CONANDA e as políticas, programas e ações existentes sobre o assunto; b) proposta para que o CONANDA suscite discussões para incluir no art. 130 do ECA os suspeitos de maus tratos, toxicômano e o afastamento da residência de qualquer suspeito, como irmãos, pedestre, primos e outros. Deliberação - Discutir o assunto no planejamento estratégico do Conselho; d) denúncias de que a Prefeitura Municipal de Aguiar-SP e o Conselho Municipal dos Direitos não cumprem as deliberações do CONANDA em relação ao Conselho Tutelar - Deliberação - Enviar cópia do documento ao Presidente do CONDECA-SP; e) recebimento de e-mail do Sr. Vilmar Elias Salomão, solicitando mudanças nas leis de criação de Conselhos. O remetente fez críticas à lei de criação do Conselho Municipal, dotação de recursos para o Fundo, alegando que os mesmos nunca são disponibilizados pelo executivo municipal. Sugere que os recursos federais e estaduais sejam repassados aos municípios, após o executivo municipal ter liberado a dotação orçamentária ao Fundo Municipal. Propõe que a Receita Federal conceda CNPJ aos conselhos Municipal facilitando a liberação das dotações do imposto de renda. Propõe ainda que os Conselhos Municipais e Tutelares sejam órgãos autônomos e independentes com dotação orçamentária própria, com prestação de contas às Promotorias da Infância e Juventude, com vinculação ao poder Judiciário ou às Promotorias. Propõe ainda que na lei de criação do Conselho Tutelar conste que o conselheiro seja reconduzido automaticamente pela segunda vez sem passar pelo processo de escolha. Encaminhamento - A Comissão irá analisar o documento e formular parecer para submetê-lo à plenária do Conselho; f) recebimento de documento do Conselho Tutelar de Guaratã, denunciado à situação caótica do Conselho - Encaminhamento - Enviar correspondência sugerindo que o mesmo mantenha articulações com o Conselho Municipal e se necessário com o Conselho Estadual para as providências necessárias ao bom funcionamento do Conselho Tutelar e para garantia dos direitos das crianças e adolescentes; g) recebimento de ofício do Conselho Tutelar de Cachoeira do Piraí, solicitando informações sobre a criação de programas necessário à população infanto-juvenil, os quais deverão ser deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos; h) reportagem publicadas no jornal de Junho de 2003 a respeito do Concurso Literário "Esquecer é Permitir Lembrar é Combater, onde o CONANDA emitiu parecer contrário ao concurso e mesmo assim ele foi realizado. Encaminhamento - Enviar ofício ao Conselho Municipal dos Direitos solicitando esclarecimento quanto ao encaminhamento do concurso, considerando o posicionamento do Colegiado; i) recebimento de moções de reivindicação da Secretária de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Curitiba/PR, sugerindo que a dedução do imposto de renda pessoas físicas e

jurídica, fosse feita quando da entrega das respectivas declarações e não no final do exercício de apuração. Encaminhamento - Informar ao interessado que ovidos em relação ao assunto já estão sendo processados junto ao Ministério da Fazenda/ Receita Federal e outros órgãos com a participação do CONANDA; j) recebimento de denúncias do município de Brumado/Bahia, sobre graves problemas de exploração sexual infantil-juvenil, por pessoas econômicas e politicamente influentes, solicitando providências urgentes. Encaminhamento - Enviar ofício aos Conselhos Municipais e Estadual, solicitando atenção ao assunto e se for o caso denunciar o fato à CPI Mista em andamento no Senado Federal; l) recebimento de denúncias sobre o programa do apresentador Raul Gil/TV Record, submetendo crianças a julgamento de calouros, causando constrangimento aos desclassificados. Encaminhamento - o assunto será retomado na próxima assembleia; m) reunião com representante da ANDI para reavaliar o Projeto "A Imagem dos Conselhos na Mídia - Análise e Construção"; - Deliberação - a plenária acatou a recomendação da Comissão aprovando os ajustes financeiro do mesmo. Assuntos pendentes - a) elaborar correspondência ao Conselho Municipal dos Direitos da cidade de Fortaleza-CE sobre a renúncia coletiva dos representantes da sociedade civil. Responsável, conselheiro Marcos Colares; b) aprofundar estudo sobre o processo de escolha dos Conselhos Tutelares (chapa or voto único) em conjunto com a Comissão de Legislação. Com relação a proposta de parceria com a Telemig Celular, foi discutido a necessidade de aprofundamento do assunto. A Comissão sugeriu adequações pertinentes ao documento anterior, porém não havia ficado claro a proposta de modelo operacional de gestão compartilhada e sobre o Sistema de Informação sobre a Infância e Adolescência - SIPIA. A Comissão ressaltou falta de dados concretos sobre avaliação de resultados nos locais onde os Conselhos já foram criados, o mesmo acontecendo com os Fundos. No documento não havia clareza quanto a participação dos Conselhos de Direitos. Deliberação - Realizar oficina nos dias 13 e 14 de janeiro 2004, para elaboração de contra proposta do CONANDA, com a participação das conselheiras Rachel Niskier, Laura Rossetti, Maria de Lourdes, Margarida e dos Assesores Francisco e Antonia. No segundo dia de trabalho a oficina deverá contar com a participação de representantes da Telemig Celular. Os custos com os deslocamentos das conselheiras Rachel e Laura serão custeados pela Telemig Celular. 3) Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socioeconômicas - A Comissão de Orçamento apresentou o relato dos trabalhos conforme segue: a) análise do Projeto da Fundac-PB, sobre jovens em situação de risco. Deliberação - Reprovado por não conter parecer do Conselho Estadual dos Direitos; d) recebimento de relatórios de visita do Conselho Tutelar de Gurupi-TO referente à unidade de internação provisória para adolescentes infratores, atendendo solicitação do CONANDA através do ofício nº 767/2003; e) A Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte através do Programa de Liberdade assistida solicitar autorização e apoio financeiro para produzir anexo ao livro "O Próximo da Filia" publicado com recursos do FNCA. Deliberação - Foi autorizada a reprodução do anexo. Quanto ao pedido de recursos financeiros, a proposta será analisada na Assembleia do mês de março sugerindo a reprodução de nova tiragem do Livro já incluindo o anexo; d) A Sociedade Brasileira de Pediatría/PB solicitou recursos financeiros para realização do IX Congresso Brasileiro sobre Adolescência, do X Fórum Brasileiro sobre Adolescência e o IV Congresso Brasileiro de Adolescentes. Deliberação - A Comissão deverá formular critérios para deliberar projetos desta natureza. Quanto ao pedido em questão, responder à interessada que o CONANDA não dispõe de recursos financeiros no momento para financiar a proposta. Apreciação do Calendário das Assembleias Ordinárias para o exercício de 2004. A proposta foi amplamente debatida e deliberada conforme segue - Meses: fevereiro, dias 10, 11 e 12; março, dias 10 e 11; abril, dias 13 e 14; maio, dias 12 e 13; junho, dias 15 e 16; julho, dias 14 e 15; agosto, dias 11 e 12; setembro, dias 8 e 9; outubro, dias 6 e 7; novembro, dias 16 e 17; dezembro, dias 8 e 9. No dia 18 de novembro será realizada a eleição da Sociedade Civil para assento no CONANDA, no biênio 2005/2006. Foi solicitado pelos conselheiros suplentes da sociedade civil o custeio das despesas de deslocamento para participação das Assembleias do Conselho. O Vice-Presidente esclareceu que o assunto já havia sido deliberado desfavoravelmente em Assembleia anterior. Avaliação da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Foi registrada a presença de apenas um conselheiro governamental no início da avaliação. Foram registrados os pontos que seguem: 1) Conselheiro Cláudio - A Conferência foi marcada pela mudança de público; conselheiros de direitos e tutelares novos, sem conhecimento das articulações havidas anteriormente; participação positiva dos adolescentes apesar da proteção, não tratando-os como delegados; necessidade de reunião permanente com os responsáveis pelas delegações; falta de unidade, integração e clareza do papel dos coordenadores de grupo; interferência do CONANDA na assessoria técnica; agendar conferências e espaço físico para a VI Conferência Nacional no início do próximo ano; resultados positivos político e do sistema de garantia dos direitos; conferência magna considerada a melhor de todas as demais Conferências; nas próximas Conferências convidar especialistas ao invés de exposição e debates. Oficiar aos Governos e Conselhos Estaduais dos Estados da Bahia, Ceará e Sergipe, pelo não financiamento da vinda das delegações daqueles Estados. 2) Conselheiros José Fernando: metodologia inadequada; ganhos políticos pela participação do Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Parlamentares, Ministros de Tribunais e Ministros de Estado; necessidade de maior aproximação entre o Coordenador Geral e os Coordenadores de Grupo; maior rigidez nas coordenações de mesa, no tocante ao cumprimento de horários; participação positiva dos adolescentes nas mesas de trabalho; participação positiva dos adolescentes como delegados; faltou coordenação para as oficinas de trabalho 3) Conselheiro Marcos Colares: maior rigor no cumprimento da metodologia de trabalho no que tange ao marco teórico, sugestões e propostas, coordenações e assessorias cumpriram o período de trabalho estipulado; moções aprovadas com equívocos. 4) Conselheiros Ivandio: pouca divulgação do evento; faltou assessoria da ANDI para orientar os

jornalistas para entrevistas e falta de painéis para exposição das matérias publicadas. 5) Conselheira Maria das Graças (Marilene): enviou sua avaliação via e-mail abordando: ganho político; palestra do Coordenador Emir Sade; eficiência dos coordenadores de grupo; compromisso dos conselheiros governamentais Ivandio Margarida, Tânia e Eritan; falta de coordenação; 6) Elisabete Borgianni: destacou duas centralidades que occludiram durante a Conferência ou seja redução da idade penal e Conselhos Tutelares; ganho político na área da criança e do adolescente; prestígio do Presidente do CONANDA; participação dos conselheiros governamentais; importância histórica na fala do Comandante do Colégio Militar Coronel Avila pela sua concepção; momentos de pressão e tensão marcados por ambiguidades (militantes e conselheiros); fala de Emir Sade; presença do Presidente da República; seriedade e dedicação dos trabalhos da Eliana, Tânia e Marcio; desconforto da mesa em que a Ministra Benedita da Silva participou, pela sua retirada sem justificativas coerentes; mobilização dos conselheiros tutelares fora do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. 7) Conselheiro Pedro Ost: destacou o trabalho da Empresa de Eventos Aplauso; dedicação dos conselheiros não governamentais e dos governamentais em especial Tânia, Margarida, Eritan e Ivandio; condução positiva de mesa pela conselheira Maria Izabel; palestras dos painelistas Márcio Pochamm e Flávia Piovesan; problemas na síntese das Conferências Estaduais; atrasos nos horários de programação; pouco envolvimento dos adolescentes; programação com muitos assuntos e pouco tempo. Deve-se criar espaço "tribuna livre" para manifestações dos Estados; falta de destaque para o terceiro setor compor as mesas; dificuldades na leitura das moções pelos adolescentes atrapalhando o entendimento das mesmas. 8) Conselheira Laura: renovação da clientela, destacando a participação dos portadores de deficiência com intérpretes; priorizar atendimento médico; presença e dedicação do cabe Vicente; elogios ao trabalho da Coordenadora Geral Eliana e equipe da Aplauso. 9) Conselheiro José Eduardo: clima positivo; compromisso e participação ativa da sociedade civil e governo dando maior visibilidade; dificuldade na execução da metodologia; processo de participação dos adolescentes (algumas vezes alegórico e não real); 10) Conselheira Maria Izabel: positiva a contratação da Agência Aplauso; pouca divulgação do evento, cancelamento da Entrevista Coletiva sem consulta previa da plenária do Colégio; falta de defesa dos conselheiros tutelares em relação aos conselheiros suplentes do CONANDA para que os mesmos exercessem o direito de voto nas plenárias da Conferência; ganhos políticos; falta de posicionamento do CONANDA sobre o parque das mesas adicionais, como por exemplo a inclusão do Presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha e o parque da opção política; problemas no credenciamento; ausência de serviço médico; conselheiro governamental assumindo coordenação de mesa sem ter participado de reuniões preparatórias e sem conhecer o Regimento Interno da Conferência; tratamento desigual entre delegados adolescentes e adultos, no que tange ao tempo de fala nas mesas; visibilidade sobre os ganhos políticos na Conferência; descontentamento com os trabalhos realizados sobre a sistematização das Conferências Estaduais (falta de cumprimento de prazos e de diálogo) falta de posicionamento do CONANDA sobre os fatos existentes no recinto da Conferência; Competência do Sr. Márcio e Sra. Graciele, integrantes da equipe da Coordenadora Técnica Izabel; destaque para fala da adolescente portadora de deficiência. 10) Conselheira Vânia Izzo - também ressaltou o ganho político porém forma fragmentada; considerou negativa a deliberação contrária ao voto do conselheiro suplente do CONANDA; pouco tempo para as mini-plenárias; falta de aprofundamento das discussões dos temas. Conselheira Rachel Niskier - Endossou todos os pontos avaliados; parabenizou o trabalho da Eliana, Izabel, Bernadete, Francisco e Batista; trabalho desenvolvido com os adolescentes; necessidade de articulação com os Conselhos Estaduais para aprofundar as discussões sobre a participação dos adolescentes. 12) Eliana Crisostomo/Coordenadora Geral da Conferência: fez auto avaliação dos aspectos técnicos/administrativos no que tange: dificuldades apresentadas na figura do sistematizador das Conferências Estaduais; na definição do serviço médico e cerimonial; programação muito densa; falta de definição de critérios para hospedagem; insatisfação das pessoas com as mudanças na programação; falta de posicionamento do CONANDA sobre os atrasos na programação; faltou assegurar a participação do poder legislativo e maior envolvimento com os Conselhos Estaduais; necessidade de definição sobre os encaminhamentos das moções bem como rever a questão do local para a próxima Conferência. Propõe que nas próximas Conferências a própria Coordenação Técnica escolha os coordenadores de grupo. Finalizando, considerou positivo o papel da Secretaria Executiva na organização do evento. 13) Conselheira Eridan - Propôs a criação de Comissão Especial para os preparativos da VI Conferência Nacional; os adolescentes poderiam estar mais preparados alegando que eles foram enajantados no processo; espaço físico do Colégio Militar dificulta a confraternização dos participantes; falta de comunicação sobre a participação dos coordenadores de mesa; considerou o evento um sucesso; 14) Conselheira Maria de Lourdes: Ressaltou a necessidade de ser aprofundar a reflexão sobre o assunto de forma especial, para uma reaproximação com os Conselhos Tutelares; posição madura do CONANDA para com os adolescentes; necessidade de clareza sobre o protagonismo juvenil; necessidade de contratação de assessoria de comunicação social para o evento para não depender só da ANDI; aproximação dos ministérios, formando uma única equipe; firmeza do Vice-Presidente José Fernando na condução dos trabalhos. 15) Conselheiro Antonio - Ressaltou o trabalho da Eliana e da empresa Aplauso, da equipe da Secretaria Executiva; considerou negativo a participação dos conselheiros que não participaram do processo preparatório coordenar mesa de debates; tratamento desigual para conselheiro do governo e da sociedade civil; considerou negativa a votação da plenária excluindo o direito de voto dos conselheiros suplentes do CONANDA. 16) Conselheira Margarida: Colégio Militar muito grande e disperso; ineficiência de empresa de eventos; local dos debates desconfortável; composição das mesas de debate muito grandes; falta de plano B para cubrir os atrasos; falta de espaço de divulgação das delegações; mesas im-



portantes porém com hostilidade da plenária; 17) Assessor da SPDCA Rafael: considerou os adolescentes deslocados do processo; 18) Assessor Técnico Francisco - também considerou o ganho político e ressaltou a necessidade de refletir sobre os seus desdobramentos. Destacou ainda a necessidade de conduzir melhor a forma de participação dos delegados/convidados dos estados. Deliberações: a) enviar documento aos Governadores e Conselhos Estaduais dos Direitos dos Estados da Bahia, Ceará e Sergipe lamentando a falta de prioridade para financiamento da vinda das delegações daqueles Estados; b) estabelecer como prioridade nº 01 do CONANDA articulações com os Conselhos Tutelares; c) enviar correspondência ao Comandante do Colégio Militar de Brasília, agradecendo a hospitalidade e enaltecendo seu pronunciamento no encerramento do evento; agendar para o mês de outubro/2004 o Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais; d) o CONANDA/FNCA não deve financiar mais os Congressos Nacional de Conselhos Tutelares ou eventos do Fórum Nacional de Conselhos Tutelares; e) nas próximas Conferências priorizar os eixos temáticos; f) enviar correspondência de agradecimento ao cabo Vicente pela sua atenção e presteza durante a Conferência. Apresentação dos Projetos sobre Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes/SPDCA - A Assessora Elizabete Leilão fez a apresentação dos trabalhos esclarecendo a lógica dos projetos inseridos no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento das ações propostas. Ressaltou que os projetos irão substituir alguns já apresentados pela SPDCA na Assembleia passada, os quais não puderam ser efetivados por apresentarem pendências para conveniamento. A apresentação dos projetos suscitou discussão na plenária, visto que os conselheiros não tiveram conhecimento prévio do documento, nem mesmo a Comissão de Orçamento e Finanças, bem como não fora cumprido o estabelecimento na Assembleia anterior para que se novos projetos fossem enviados previamente à Comissão de Orçamento e Finanças para análise e parecer. Houve reconhecimento por parte dos conselheiros sobre a necessidade de financiamento dos projetos para o fortalecimento das ações, porém, obedecendo o fluxo correto para aprovação. Diante do impasse e da falta de consenso foram apresentadas três propostas para votação: 1) Apoiar os projetos em bloco desde que tenham sido aprovados pelos Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais dos Direitos - 06 votos; 2) Apoiar só as propostas a nível estadual: 04 votos; 3) Não aprovar nenhum projeto - 03 votos. Absenções: 01. Foi aprovada a proposta nº 01, desde que todos os projetos tenham parecer dos Conselhos Estaduais quando forem de abrangência Estadual e dos Conselhos Municipais quando forem de abrangência municipal. O conselheiro suplente Antonio Pereira da Silva Filho solicitou que fosse registrada a sua posição contrária a aprovação desses projetos. O conselheiro suplente Marcelo Gentil solicitou que doravante as informações dos projetos fossem mais claras, principalmente no tocante aplicação financeira dos recursos. A Sra. Elizabete Leilão solicitou ao conselho o agendamento para apresentação, para que o CONANDA possa efetivar o monitoramento dessas ações, tendo sido agendado para o mês de março do próximo exercício. Segue a relação dos projetos aprovados: 1) Projeto Construção e Fortalecimento das Redes de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Violência Sexual - Proponente - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Criança e Adolescência - CECRIA; Abrangência Nacional 2) Projeto de Cooperação Técnica Operacional com vista à efetivação do PAIR/Fortalecimento Institucional - Proponente - Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência - Abrangência - Municípios participantes do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil - PAIR; 3) Projeto de Cooperação Técnica Operacional com vista à efetivação do Programa de Ações Integradas e Referenciais - PAIR - Proponente - ASPPE - Associação Sanista de Pesquisa, Prevenção e Educação - Abrangência - municípios integrantes do PAIR - (Pacaraima RR; Manaus -AM; Rio Branco -AC; Conumbá-MT; Feira de Santana -BA; Campinas Grande-PB; São Paulo-SP; e município de Santos-SP. 4) Projeto de Cooperação Técnica Operacional com a efetivação do PAIR e Fortalecimento da Secretaria Executiva do Movimento Social Pacto São Paulo Proponente - Fundação Orsa - Abrangência - municípios participantes do PAIR; 5) Projeto Escola de Conselhos - Proponente FADEMS e da Escola de Conselhos/UFMS - Abrangência - Municípios participantes do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil - PAIR; 6) Projeto Encontro dos Órgãos e Entidades Integrantes do SGD - Eixo Defesa e Responsabilização - Proponente, Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes/CECRIA - Abrangência - Regional; 7) Projeto - As Meninas-Atendimento, qualificação da Rede e Sistematização da Prática- Proponente - Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência- Abrangência - Municipal; 8) Projeto - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente CEDECA - Santos -SP - Proponente - ASPPE - Associação Sanista de Pesquisa, Prevenção e Educação - Abrangência - Municipal; 9) Projeto - Protagonismo Juvenil, Meios de Comunicação e Estatuto da Criança e do Adolescente - Proponente - Oficina de Imagens - Comunicação Educação - Abrangência - Municipal; 10) Projeto de Cooperação Técnica Operacional com vista à efetivação do PAIR no vale do Jari - Proponente Fundação Orsa - Abrangência - Região do Vale do Jari; 11) Projeto Rompendo o Ciclo da Violência - Proponente - Governo do Estado do Mato Grosso do Sul - Abrangência Estadual; 12) Projeto Sol Nascente - Proponente - Prefeitura Municipal de Campo Grande - Abrangência - Municipal. Financiamento do Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares - Foram levantados questionamentos sobre o financiamento total do evento com recursos do FNCA, em desacordo com a deliberação da Plenária que estabeleceu que o evento fosse financiado com recursos do FNCA e da SPDCA. Foi ressaltado que o CONANDA/FNCA estava financiando um evento ao qual fora convidado apenas para a mesa de abertura. O Vice-Presidente esclareceu que a Secretaria Executiva havia informado que parte dos recursos seriam utilizados como empréstimo e que retornariam ao FNCA. O

conselheiro José Eduardo esclareceu os motivos existentes e que os recursos seriam devolvidos ao FNCA o mais breve possível. Esclareceu ainda que essas transações já haviam ocorrido outras vezes. O conselheiro Cláudio contestou, alegando ter acontecido ajustes entre os recursos do FNCA e SEDH, com ausência de ambas partes, e que a forma de encaminhamento não fora correta. Apresentação do Plano de Trabalho da Rede de Monitoramento do Programa Presidente Amigo da Criança - A Sra. Daniela Rodrigues, representante da Secretaria Executiva da Rede informou que a Rede Amiga da Criança é independente e autônoma, composta por vinte e cinco organizações da sociedade civil, com o objetivo de monitorar o estado brasileiro no cumprimento das metas previstas no documento Presidente Amigo da Criança e elaborar análise qualitativa do Plano de Ação. A rede é formada de Comitês, como saúde, educação, proteção, orçamento, comunicação, advocacia e Secretaria Executiva, que serão responsáveis por cada meta quantitativa da ONU. A rede será ainda um instrumento de subsídio para o monitoramento do CONANDA ao Plano Presidente Amigo da Criança. Foram apresentados questionamentos sobre critérios para inclusão de ONG na rede, análise regional e outros. A Sra. Daniela agradeceu a oportunidade de estar presente, ressaltando a importância do trabalho conjunto CONANDA/Rede Amiga da Criança. Informes: 1) A conselheira Maria de Lourdes salientou a necessidade de alguns procedimentos importantes para a execução do planejamento estratégico como: espaço físico, contratação de profissionais habilitados e documentos necessários para subsidiá-los. Informou também que nos dias quinze e dezesseis do corrente será realizado Seminário Prefeito Amigo da Criança com os municípios de São Paulo, cujo tema será as medidas socioeducativas em meio aberto, e em especial liberdade assistida; 2) O conselheiro Pedro informou que irá se licenciar do Conselho durante seis meses, para participar de curso na Espanha. Apresentou o seu substituto Sr. Solimar dos Santos Amaru; 3) O conselheiro Cristiano informou sobre a visita de representante do Fórum Parlamentar da Europa de Proteção aos Meninos e Meninas de Rua, solicitando reunião com o CONANDA no mês de fevereiro de 2004; 4) A conselheira Maria Izabel informou sobre audiência pública na assembleia Legislativa de São Paulo, para discutir o rebaixamento da idade penal; 5) A conselheira Maria de Lourdes informou que representou o CONANDA na Conferência Nacional de Saúde; 6) O vice-Presidente informou sobre a delegação de Deputados de El Salvador para conhecer o processo de descentralização das Políticas de Proteção Especial à Criança e Adolescente, as principais conquistas da política nacional e os avanços obtidos pelo CONANDA. 7) O conselheiro Alessandro informou sobre a sua participação no Congresso Nacional de Conselheiro Tutelar cujo debate foi focado na regulamentação da função de conselheiro tutelar; 8) O conselheiro Marcos Colares informou que no mês de fevereiro será realizada reunião das Universidades/SBPC, onde será debatido a questão criança e adolescente. Encerrando os trabalhos o Vice-Presidente agradeceu a colaboração e participação de todos, ressaltando que fora um ano de ajustes entre governo e sociedade civil. Encerrou a participação dos conselheiros suplentes, principalmente os da sociedade civil que se deslocaram de seis Estados com recursos próprios e lamentou a grande ausência dos conselheiros governamentais. Desejou a todos um Feliz Natal e uma firme caminhada para o próximo exercício. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembleia. E para constar, em Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

NELMÁRIO MIRANDA
Presidente